



CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO

Reconhecimento: DOU Nº 241, 18 de dezembro de 2017, Seção I, Página 69 – 70 / Portaria 1.340, de 15 de dezembro de 2017

PLANO DE ENSINO - REGIME ESPECIAL

Semestre Letivo	2021/1
Disciplina	Gestão Pública
Pré-requisito	-
Período	-
Turno	A distância
Carga Horária Total (atividades de Aprendizagem Teóricas/Práticas)	40h
Professor(a)	Virgínia de Paula Batista Carvalho
E-mail	virginia.carvalho@ifes.edu.br

Ementa

O planejamento como instrução de ação governamental. Problemática da legitimidade e da eficiência no planejamento público. Metodologia do planejamento como técnica de administração pública.

Objetivos

Adequados ao contexto das APNPs

Geral: Desenvolver no aluno competências próprias da área de gestão pública.

Específicos: Identificar as especificidades da gestão pública em todos os níveis. Diferenciar os principais desafios existentes entre a gestão privada e a gestão pública

Conteúdos (Adequados ao contexto das APNPs)

Carga Horária

1. Fundamentos da Gestão Pública	10h
2. Planejamento das ações governamentais	10h
3. Eficiência do planejamento no setor público	10h
4. Gestão pública em países desenvolvidos	10h
4.1 Gestão pública no Brasil	

Estratégias de Aprendizagem

Conteúdo ministrado via Plataforma Moodle, por meio de apostilas, exemplos e exercícios. Encontros presenciais para esclarecimento de dúvidas.

Recursos Metodológicos

Sala do Ambiente Virtual de Aprendizagem – Moodle: Recursos multimídias, filmes, vídeos, reportagens, fotos, charges.

Ações Pedagógicas Adequadas às Necessidades Específicas

Ações planejadas:

- 1- **Conteúdos:** Sem alterações
- 2- **Estratégias:** Sem alterações
- 3- **Recursos materiais e humanos:** Sem alterações
- 4- **Avaliação e Recuperação:** Extensão dos prazos para realização das atividades

Avaliação

A disciplina vale 100 pontos. Serão realizadas quatro atividades formais de avaliação ao final de cada conteúdo, com valores somatórios, observando-se a seguinte distribuição:

1ª Atividade Avaliativa: Prova individual (P1) = valor 20 pontos

2ª Atividade Avaliativa: Prova individual (P2) = valor 20 pontos

3ª Atividade Avaliativa: Prova individual (P3) = valor 20 pontos

4ª Atividade Avaliativa: Prova individual (P3) = valor 20 pontos

Exercícios individuais, via Moodle, ao longo das semanas (EX) = valor 20 pontos no total

Para efeitos de aprovação e reprovação, em consonância com o Regulamento da Organização Didática (ROD), dos Cursos de Graduação do Ifes, no Art. 81 (Título IV – Da Avaliação Escolar; Seção III - Da Verificação do Rendimento Escolar, da Dependência e da Promoção (Art. 81 ao Art. 85):

§1º Estará aprovado no componente curricular o aluno que obtiver nota semestral maior ou igual a 60 (sessenta) pontos e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento).

§2º Será obrigatoriamente submetido ao instrumento final de avaliação o aluno que obtiver nota inferior a 60 (sessenta) pontos e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento).

§3º Será considerado aprovado no componente curricular o aluno que obtiver nota final igual ou superior a 60 (sessenta) pontos, resultante da média aritmética entre a nota semestral das avaliações parciais e a nota do exame final.

§4º Estará retido no componente curricular o aluno que obtiver nota semestral inferior a 60 (sessenta) pontos, como resultado da média aritmética entre a nota semestral e o exame final.

Bibliografia Básica (no mínimo 3)

1. PEREIRA, J. M. Manual de Gestão Pública Contemporânea. São Paulo: Atlas, 2007.
2. PEREIRA, J. M. Curso de Administração Pública. São Paulo: Atlas, 2007.
3. NASCIMENTO, E. R. Gestão Pública. São Paulo: Saraiva, 2006

Bibliografia Complementar (no mínimo 5)

1. DI PIETRO, M. S. Z. Parcerias na Administração Pública. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
2. SOARES, M. L. Q. Teoria do Estado. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
3. BONAVIDES, P. Teoria geral do estado. São Paulo: Malheiros, 2001.
4. DELGADO, M. G. Princípios de direito individual e coletivo do trabalho. 3.ed. São Paulo: LTR, 2001.
5. DELGADO, M. G. Introdução ao direito do trabalho: relações de trabalho e relação de emprego. 3. ed. São Paulo: LTR, 2001.